

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular					
Estabelecimento					
Município:					
Curso: TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS					
Forma: CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE			Implantação: gradativa		
			Ano:		
Turno: NOITE			Carga horária: 800 horas		
			Organização: Semestral		
N.	COD. SAE	DISCIPLINAS	SEMESTRES		HORAS
			1º	2º	
1	1248	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	-	32	32
2	1250	FUNDAMENTOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	48	-	48
3	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO	48	-	48
4	1310	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	32	48	80
5	4038	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	48	32	80
6	1333	NOÇÕES DE DIREITO CIVIL	32	32	64
7	1334	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	32	32	64
8	1335	NOÇÕES DE DIREITO PENAL	32	32	64
9	1336	NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO	32	32	64
10	1337	NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	32	32	64
11	1339	NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	-	32	32
12	1338	NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO	32	32	64
13	1340	PORTUGUÊS E LINGUAGEM JURÍDICA	32	32	64
14	1341	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	-	32	32
<b>TOTAL</b>			<b>400</b>	<b>400</b>	<b>800</b>

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

DESCRIÇÃO DE CADA DISCIPLINA CONTENDO EMENTA

**1. ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

**Carga horária total: 32 h**

**Ementa:** Análise e definição de público. Identificação e tipos de público. Caracterização das técnicas de atendimento ao público. Compreensão dos Aspectos básicos de gestão de relacionamento. Análise do perfil dos profissionais de atendimento. Estudo dos canais de atendimento disponíveis. Definição de trabalho em equipe.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Público	<p>1.1 <b>Conceito de público</b></p> <p>1.2 Tipos de público</p> <p>1.3 Importância da identificação do público</p>
2 Atendimento	<p>2.1 Noções de técnicas para qualidade no atendimento ao público</p> <p>2.2 Noções de procedimentos de atendimentos em cartórios, escritórios de advocacia, escritórios de auditoria jurídica, recursos humanos e departamentos administrativos de empresas públicas e privadas.</p> <p>2.3 Noções de processos e técnicas de atendimento ao público: pessoal, telefônico e virtual</p> <p>2.4 Noções de padronização do atendimento ao público</p> <p>2.5 <b>Importância do atendimento ao público em todos os segmentos de mercado</b></p>
3 Relacionamento	<p>3.1 Noções de técnicas de relações intra e interpessoais</p> <p>3.2 Estratégias para administrar conflitos no atendimento</p> <p>3.3 Noções de Marketing pessoal, linguagem corporal</p> <p>3.4 Noções de tipos de comunicação</p> <p>3.5 Trabalho em equipe</p>

**BIBLIOGRAFIA**

FARIA, A. Nogueira. **Organização de empresas:** organização – estrutura e sistemas. Livros Técnicos e Científicos Editora, 1980.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão empresarial - de Taylor aos nossos dias**: evolução e tendências. Thomson Learning (Pioneira), 2006.

FRANÇA, Fábio. **Públicos**: como identificá-los em uma nova visão estratégica. São Caetano do Sul: Yendis, 2004.

\_\_\_\_\_. Conceituação lógica de públicos em relações públicas. In: **Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**. São Paulo: UMESp. n. 1, Jun. 2003. GUIMARÃES, Márcio Eustáquio. **O livro azul da secretária moderna**. Editora Saraiva, 2007.

MATOS, Francisco Gomes de. **Ética na gestão empresarial**. Editora Saraiva, 2007.

MOREIRA, Isabel. **A excelência no atendimento**. Editor Lidel. Coleção Manual Prático, 2014.

## 2. FUNDAMENTOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

**Carga horária: 48 h**

**Ementa:** Estudo da legislação social como proteção dos direitos dos trabalhadores. Pesquisa e aplicação da história do direito do trabalho. Estudos dos princípios do direito do trabalho. Definição de empregado e empregador e os dispositivos legais que regulamentam as relações de trabalho. Estudo de contrato de trabalho. Análise de remuneração e salário. Explicitação de descanso semanal remunerado e férias anuais remuneradas. Compreensão do

FGTS. Conceituação de alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Estudo da rescisão do contrato de trabalho. Análise e definição de aviso prévio. Explicitação sobre proteção do trabalho da mulher e do menor aprendiz e sua importância como direito social. Reflexão sobre os Sindicatos. Estudo da segurança e medicina do trabalho. Orientação sobre os portadores de necessidades especiais. Compreensão sobre os reflexos legais do assédio moral e sexual. Descrição dos atos processuais trabalhistas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Legislação social	1.1 Termo e conceito de legislação social: introdução 1.2 Campo de atuação

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

2 Evolução histórica do direito do trabalho	2.1 Estudo da evolução do Direito do Trabalho: mundial e brasileira
3 Princípios do direito do trabalho	3.1 Princípio da proteção: aplicação da norma mais favorável, condição mais benéfica, in dubio pro misero 3.2 Princípio da irrenunciabilidade 3.3 Princípio da continuidade da relação de emprego 3.4 Princípio da primazia da realidade
4 O empregado	4.1 Diferenças entre trabalhador e empregado 4.2 Caracterização legal do empregado: pessoalidade, serviços não eventuais, dependência do empregador e salário 4.3 Empregado e trabalhador autônomo 4.4 Empregado doméstico, temporário, estagiários, rural e terceirização
5 O empregador	5.1 Definição de empregador 5.2 Poderes do empregador: diretivo, regulamentar e disciplinar 5.3 Grupo de empresas e sucessão e alteração da empresa
6 Contrato de trabalho	6.1 Natureza jurídica do contrato de trabalho 6.2 Formas de contratação 6.3 Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS 6.4 Prazos do contrato de trabalho 6.5 Duração semanal e jornada de trabalho 6.7 Repouso durante a vigência do contrato de trabalho 6.8 Horas extras e jornada noturna
7 Remuneração e salário	7.1 Terminologia legal do salário 7.2 Conceito de salário mínimo e remuneração 7.3 Gorjeta 7.4 Diárias e ajuda de custo 7.5 Salário in natura 7.6 Equiparação salarial 7.7 Proteção ao salário 7.8 Décimo terceiro salário
8 Descanso semanal remunerado e férias anuais remuneradas	8.1 Fundamentação constitucional e legislação aplicável 8.2 Férias: conceito, períodos aquisitivos e concessivos 8.3 Remuneração: pagamento em dobro, abono de férias 8.3 Férias coletivas 8.4 Formalidades para a concessão de férias 8.5 Perda do direito
9 FGTS	9.1 Definição 9.2 Gestão e aplicação dos recursos 9.3 Arrecadação 9.4 Saques dos depósitos 9.5 FGTS e despedimento do empregado 9.6 Data do recolhimento 9.7 Estabilidade

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

10 Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho	10.1 Alteração bilateral e não prejudicial 10.2 Transferência do empregado 10.3 Redução salarial 10.4 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho 10.5 Suspensão do contrato de trabalho de experiência
11 Rescisão do contrato de trabalho	11.1 Rescisão por demissão 11.2 Rescisão por despedimento 11.3 Rescisão por justa causa 11.4 Rescisão indireta
12 Aviso prévio	12.1 Conceito de aviso prévio 12.2 Generalidades 12.3 Irrenunciabilidade
13 Proteção do trabalho da mulher e do menor aprendiz	13.1 Justificativa da proteção 13.2 Normas próprias 13.3 Estabilidade da gestante 13.4 Menor aprendiz
14 Sindicatos	14.1 Liberdade e autonomia sindical 14.2 Organização sindical 14.3 Funções do sindicato 14.4 Receitas dos sindicatos 14.5 Acordos e convenções coletivas de trabalho
15 Segurança e medicina do trabalho	15.1 Breve Histórico 15.2 Condições de segurança e medicina do trabalho 15.3 Acidente do trabalho 15.4 Benefícios previdenciários 15.5 Segurança e medicina do trabalho 15.6 Responsabilidade para as empresas 15.7 Normas regulamentadoras - NRs 15.8 Legislação e jurisprudência
16 PNE – portadores de necessidades especiais	16.1 Conceito de portadores de necessidades especiais 16.2 Amparo ao portador de necessidade especial- PNE 16.3 Educação e trabalho
17 Assédio moral e sexual	17.1 Diferenças entre assédio moral e sexual 17.2 Legislação referente ao assédio moral 17.3 Jurisprudência
18 Atos processuais trabalhistas	18.1 As partes e a representação e assistência 18.2 Ações: individuais, coletivas e plúrimas 18.3 Petição inicial trabalhista 18.4 Atos processuais 18.5 Contagem dos prazos 18.6 Procedimentos do rito comum: ordinário, sumário e sumaríssimo 18.7 Provas e suas classificações 18.8 Sentença

## ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

### BIBLIOGRAFIA

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho - sinopses jurídicas**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COLETO, Aline Cristina; ALBANO, Cícero José. **Direito aplicado a cursos técnicos**. Curitiba: LT, 2011.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso do direito do trabalho**. 9 ed. São Paulo: LTr, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Nascimento. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.

RODRIGUES, Américo P. **Princípios de direito do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Ltr, 2000.

### 3. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

#### Carga horária: 48 h

**Ementa:** Estudo do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica. Compreensão do trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. Reflexão sobre tecnologia e globalização diante das transformações no mundo do trabalho. Análise sobre a inclusão do trabalhador no mundo do trabalho.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Trabalho humano	1.1 Ser social, mundo do trabalho e sociedade 1.2 Trabalho nas diferentes sociedades 1.3 Transformações no mundo do trabalho 1.4 Homem, Trabalho e Meio Ambiente 1.5 Processo de alienação do trabalho em Marx 1.6 Emprego, desemprego e subemprego
2 Tecnologia e globalização	2.1 Processo de globalização e seu impacto no mundo do trabalho 2.2 Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho 2.3 Qualificação do trabalho e do trabalhador

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

3 Mundo do trabalho	3.1 Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho 3.2 Inclusão dos diferentes – necessidades especiais e diversidade
---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 12 ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1978.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Editora Alba, [s/d]

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos da explicação sociológica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora T. A Queiroz, 1980.

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 10 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs) **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

GENRO, Tarso. **O Futuro por armar**: democracia e socialismo na era globalitária: Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GENTILI, Pablo. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In. Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

## ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1995.

JAMESON. Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. A exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2005.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: Temas de ciências humanas. São Paulo: Editora Livraria Ciências Humanas, [s.n], 1978. vol 4.

MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar**. 6 ed. São Paulo: Editora Globo, 1999.

MARX, Karl. **O capital**. vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Editora Cultural, 1988.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Brasil 2000: nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Editora Xamã, 2000.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2005.

## 4. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

**Carga horária: 80 h**

**Ementa:** Estudo da evolução do Direito e suas influências no desenvolvimento humano. Análise das fontes do Direito e sua aplicabilidade. Reflexão sobre os princípios gerais do Direito. Detalhamento dos ramos do Direito, com ênfase em seu conceito, conteúdo e aplicação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 História do Direito	1.1 Evolução histórica do Direito no tempo 1.2 Direito Arcaico 1.3 Direito Grego 1.4 Direito Romano 1.5 Direito na Idade Média 1.6 Direito Germânico 1.7 Common Law 1.8 Direito Canônico 1.9 Requisitos jurídicos
2 Conceitos gerais do Direito	2.1 Norma jurídica e coação 2.2 Ordem jurídica 2.3 Direito objetivo e subjetivo 2.4 Elementos do Direito Subjetivo 2.5 Direito Positivo e Natural 2.6 Dicotomia do Direito: Direito Público e Direito Privado 2.7 Fenômeno jurídico 2.8 Senso comum, conhecimento científico e conhecimento filosófico 2.9 Direito como ciência
3 Fontes do Direito	3.1 Fontes materiais e formais 3.2 Fontes formais estatais e não estatais 3.3 Legislação 3.4 Jurisprudência 3.5 Fontes convencionais 3.6 Costume como fonte do Direito 3.7 Doutrina
4 Princípios gerais do Direito	4.1 Princípio da isonomia: igualdade e “paridade de armas” 4.2 Princípio do Contraditório 4.3 Princípio da Ampla Defesa 4.4 Devido Processo Legal
5 Ramos do Direito	5.1 Direito Público e Direito Privado 5.2 Direitos Humanos 5.3 Direito Constitucional 5.4 Direito Civil 5.5 Direito Penal 5.6 Direito do Trabalho 5.7 Direito do Consumidor 5.8 Direito Tributário 5.9 Direito Administrativo 5.10 Direito Ambiental 5.11 Estatuto da Criança e do Adolescente 5.12 Estatuto do Idoso

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

	5.13 Estatuto do Deficiente 5.14 Direito Cibernético
--	---------------------------------------------------------

**BIBLIOGRAFIA**

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. São Paulo: Saraiva, 25 ed., 2014.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 37 ed., 2015.

DALLARI, Dalmo Abreu. **Elementos teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 33 ed., 2016.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 27 ed., 2002.

**5. NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Carga horária: 80 h**

**Ementa:** Estudo das noções gerais e conceitos de Direito Administrativo, como prestação de justiça e de desenvolvimento de cidadania. Descrição da organização administrativa do Direito e sua aplicabilidade. Análise do regime constitucional do agente público. Definição dos poderes da administração pública. Análise dos atos administrativos e suas funções na sociedade. Reflexão sobre improbidade administrativa e suas consequências. Conceituação de licitação pública. Compreensão dos contratos administrativos. Definição de bens públicos. Caracterização dos conceitos de arquivologia, elementos e definições, organização e administração de arquivos. Compreensão da gestão de documentos, arquivos permanentes, principais leis e decretos aplicados à organização de arquivos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Direito Administrativo	1.1 Conceito e fontes do Direito Administrativo 1.2 Regime jurídico administrativo 1.3 Princípios básicos do Direito Administrativo
2 Organização administrativa	2.1 Conceito de administração pública 2.2 Administração pública direta e indireta 2.3 Administração pública centralizada e descentralizada

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

	<p>2.4 Entidades paraestatais 2.5 Agência da administração pública</p>
3 Regime constitucional do agente público	<p>3.1 Espécies 3.2 Classificação 3.3 Cargo, emprego e função públicos 3.4 Função de confiança ou comissionada 3.5 Regimes jurídicos 3.6 Artigos 37 a 41 da Constituição Federal de 1988</p>
4 Poderes administrativos	<p>4.1 Poder de polícia 4.2 Poder vinculado e discricionário 4.3 Poder hierárquico 4.4 Poder disciplinar 4.5 Poder regulamentar 4.6 Uso e abuso do poder</p>
5 Atos administrativos	<p>5.1 Conceito de atos administrativos 5.2 Requisitos de atos administrativos: competências, forma, objeto, motivo e finalidade 5.3 Atributos do ato administrativo: legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade 5.4 Mérito administrativo 5.5 Extinção do ato administrativo: revogação, anulação e convalidação 5.6 Espécies: atos normativos, atos ordinatórios, atos negociais, atos enunciativos; atos punitivos 5.7 Classificação dos atos administrativos</p>
6 Improbidade administrativa	<p>6.1 Conceito de improbidade administrativa 6.2 Objeto 6.3 Natureza jurídica dos atos de improbidade 6.4 Elementos constitutivos da improbidade 6.5 Legitimidade passiva e ativa 6.6 Espécies/modalidades de improbidade 6.7 Sanções aplicáveis à improbidade administrativa 6.8 Ação judicial de improbidade administrativa 6.9 Prescrição em improbidade administrativa</p>
7 Licitação pública	<p>7.1 Conceito de licitação pública 7.2 Legislação pertinente 7.3 Princípios da licitação 7.4 Tipos de licitação 7.5 Finalidade e procedimento licitatório 7.6 Dispensa e inexecução da licitação 7.7 Fases licitatórias.</p>
8 Contratos administrativos	<p>8.1 Conceito e características dos contratos administrativos 8.2 Cláusulas exorbitantes 8.3 Extinção e inexecução do contrato administrativo</p>

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

9 Bens públicos	9.1 Tipos de bens 9.2 Bens do domínio público do Estado 9.3 Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais 9.4 Alienação dos bens dominicais 9.5 Transferência de uso dos bens públicos 9.6 Terras devolutas
10 Administração de arquivos	10.1 Conceitos fundamentais de Arquivologia: características, funções e utilidades; terminologia, princípios, teorias e bases da arquivologia 10.2 Conservação, preservação e restauração de documentos arquivísticos 10.3 Arquivo permanente 10.4 Organização e administração de arquivos correntes 10.5 Política Nacional de arquivos públicos e privados
11 Gestão de documentos	11.1 Protocolo de recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos 11.2 Classificação de documentos de arquivo 11.3 Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo 11.4 Tabela de temporalidade de documentos de arquivo 11.5 Preservação e conservação de documentos de arquivo

**BIBLIOGRAFIA**

CAETANO, Marcelo. **Princípios fundamentais do direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 1997.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1989.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1996.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999.

Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm).

Acesso em: 16/11/2017.

**6. NOÇÕES DE DIREITO CIVIL**

**Carga horária: 64 h**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

**Ementa:** Estudo do Direito Civil e o conjunto de regras e princípios que regulam as relações entre as pessoas, introduzindo as normas do Direito Brasileiro. Conceituação das pessoas naturais e das pessoas jurídicas. Compreensão dos diferentes tipos de bens. Análise do ato jurídico e negócio jurídico. Descrição e análise de negócios jurídicos e de contratos. Compreensão e aplicação do direito de família e sucessões. Conceituação das noções de prescrição e decadência.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Direito Civil	1.1 Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro 1.2. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis 1.3 Conflito das leis no tempo 1.4 Eficácia da lei no espaço
2 Pessoas naturais	2.1 Existência 2.2 Personalidade 2.3 Capacidade 2.4 Nome 2.5 Estado 2.6 Domicílio 2.7 Direitos da personalidade 2.8 Ausência
3 Pessoas jurídicas	3.1 Constituição 3.2 Extinção 3.3 Domicílio 3.4 Espécies de pessoa jurídica 3.5 Desconsideração da personalidade jurídica 3.6 Responsabilidade da pessoa jurídica
4 Bens	4.1 Conceito 4.2 Requisitos jurídicos 4.3 Patrimônio 4.4 Espécies 4.5 Bens principais e acessórios 4.6 Benfeitorias 4.7 Frutos: conceito e espécies 4.8 Bens particulares e bens públicos
5 Ato jurídico	5.1 Fato jurídico: conceito e aplicação 5.2 Ato jurídico: conceito e aplicação 5.3 Lícitude e ilicitude do ato jurídico
6 Negócio jurídico, obrigações e contratos	6.1 Disposições gerais 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos 6.4 Representação e condição

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

	6.5 Termo 6.6 Encargo 6.7 Defeitos do negócio jurídico 6.8 Validade, invalidade e nulidade 6.9 Simulação 6.10 Noções de obrigações e contratos
7 Família e sucessões	7.1 Origem, evolução histórica e concepção moderna 7.2 Diversas formas de constituição de uma família 7.3 Casamento 7.4 Regime de Bens 7.5 União estável 7.6 Dissolução da sociedade conjugal 7.7 Alimentos 7.8 Guarda 7.9 Sucessão
8 Prescrição e decadência	8.1 Conceito 8.2 Aplicação prática

**BIBLIOGRAFIA**

TEPEDINO Gustavo, Heloisa Helena Barbosa, Maria Celina Bodin de Moraes. **Código civil interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Revonar, 2014.

GOMES, Orlando. **Introdução ao estudo do direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 19 ed., 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense.

BARRETO FILHO, Oscar. **Teoria do estabelecimento comercial**. São Paulo: Saraiva, 29 ed., 2016.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. São Paulo: Renovar, 14 ed., 2015.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. São Paulo: Saraiva, v. 1, 7 ed, 2013.

\_\_\_\_\_. **Comentários ao Código Civil**: parte especial – do direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 19 ed., 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 32 ed., 2016.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 42 ed, 2012.

## 7. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

**Carga horária: 64 h**

**Ementa:** Introdução aos estudos sobre a organização constitucional do Estado Brasileiro e as atribuições dadas pela Constituição. Análise dos direitos e deveres individuais e coletivos, suas garantias individuais, civis, políticas, sociais, econômicas, culturais, difusas e coletivas. Investigação do direito de ação e a garantia de tutela estatal aos conflitos ocorrentes na vida em sociedade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Organização constitucional do Estado Brasileiro	1.1 Estado 1.2 Formas de Estado 1.3 Sistemas de governo 1.4 Regimes de governo 1.5 Conceitos na lei 1.6 Teoria geral dos direitos fundamentais 1.7 Entidades federativas 1.8 Repartição de competências 1.9 Tripartição do poder 1.10 Estrutura dos poderes 1.11 Espécies normativas 1.12 Intervenção 1.13 Estado de defesa e estado de sítio
2 Direitos e deveres individuais	2.1 Igualdade perante a lei 2.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade 2.3 Das inviolabilidades 2.4 Direito a propriedade 2.5 Proteção aos direitos autorais 2.6 Habeas Data e Habeas Corpus

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

3 Direitos e deveres coletivos	3.1 Ação Civil Pública 3.2 Conceito e objeto. 3.3 Competência. 3.4 Legitimidade passiva e ativa. 3.5 Ação popular 3.6 Conceito e objeto. 3.7 Competência. 3.8 Legitimidade passiva e ativa. 3.9 Mandado de segurança coletivo 3.10 Conceito e objeto. 3.11 Competência. 3.12 Legitimidade passiva e ativa.
4 Direito de ação	4.1 Princípio da inafastabilidade de jurisdição 4.2 Princípio do juiz natural 4.3 Princípio do promotor natural 4.4 Legalidade e anterioridade da lei 4.5 Devido processo legal 4.6 Provas ilícitas 4.7 Publicidade dos atos processuais] 4.8 Assistência jurídica 4.9 Celeridade processual

**BIBLIOGRAFIA**

BARROSO, Luiz Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

DIDIER JR., Fredie; ZANETTI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**. Salvador: JusPodivm, v.4, 10 ed., 2016.

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. **Curso de processo coletivo**. São Paulo: Atlas, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 16 ed., 2015.

GIDI, Antônio. **Coisa julgada e litispendência em ações coletivas**. São Paulo: Saraiva, 1995.

MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

SILVA, Sandra Lengruher da. *Elementos das ações coletivas*. São Paulo: Método, 2004.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

VIEIRA, Fernando Grella. *A transação na esfera da tutela dos interesses difusos e coletivos e a posição do Ministério Público*. *Justitia*, São Paulo, v. 55, n. 161, p. 40-53, jan./mar. 1993.

**8. NOÇÕES DE DIREITO PENAL**

**Carga horária: 64 h**

**Ementa:** Estudo do Direito Penal como repressão de delitos e imputação de penas. Estudo da Lei Penal e sua aplicabilidade. Análise do fato típico/punível das características e dos elementos que compõem a infração penal. Interpretação de crimes. Estudo do lícito, antijurídico e culpável, como fatos proibidos por lei.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Direito Penal	1.1 Conceitos fundamentais e finalidade do Direito Penal 1.2 Histórico do Direito Penal no mundo e no Brasil 1.3 Fontes do Direito Penal – material e formal 1.4 Caracteres do Direito Penal; 1.5 Anterioridade da norma ou princípio da legalidade 1.6. Devido processo legal 1.7 Retroatividade da lei mais benéfica 1.8 Direito à defesa 1.9 Princípios: 1.9.1 da Inocência 1.9.2 da Legalidade, 1.9.3 da intervenção mínima, 1.9.4 da fragmentariedade, 1.9.5 da culpabilidade, 1.9.6 da humanidade, 1.9.7 da dignidade da pessoa humana 1.9.8 da insignificância, 1.9.9 da adequação social, 1.9.10 do in dúbio pro reo, 1.9.11 da igualdade, 1.9.12 da exclusiva proteção dos bens jurídicos, 1.9.13 da efetividade, 1.9.14 da proporcionalidade, 1.9.15 do ne bis in idem

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

<p>2 Lei Penal</p>	<p>2.1 Interpretação quanto ao sujeito, aos resultados e interpretação analógica 2.2 Lei penal no tempo e no espaço 2.3 Lei penal mais favorável 2.4 Vigência da lei penal no tempo 2.5 Proibição da retroatividade 2.6 Lei excepcional ou temporária 2.7 Pena 2.8 Conceito de crime</p>
<p>3 Fato típico/punível</p>	<p>3.1 Ilícito penal e ilícito civil 3.2 Elementos do fato típico 3.3 Características gerais 3.4 Caso fortuito e força maior 3.5 Relação de resultado 3.6 Causalidade 3.7 Tipicidade 3.8 Desistência voluntária 3.9 Arrependimento eficaz 3.10 Arrependimento posterior 3.11 Erro de tipo</p>
<p>4 Crimes</p>	<p>4.1 Ação/omissão 4.2 Dolo e culpa 4.3 Crimes dolosos - previsão legal 4.4 Conceito de crime doloso 4.5 Teorias do dolo 4.6 Elementos do dolo 4.7 Conceito de crime culposo 4.8 Conduta culposa 4.9 Crimes culposos - previsão legal 4.10 Elementos do crime culposo 4.11 Crime tentado 4.12 Crime consumado</p>
<p>5 Ilícito, antijurídico e culpável</p>	<p>5.1 Estado de necessidade 5.2. Legítima defesa 5.3. Estrito cumprimento dever legal 5.4 Exercício regular de direito 5.5 Conceitos de: 5.5.1 Erro de proibição 5.5.2 Coação Irresistível e obediência hierárquica 5.5.3 Imputabilidade 5.5.4 Menoridade 5.5.5 Emoção e paixão 5.5.6 Embriaguez</p>

## ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

### BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Cláudio. **Introdução ao direito penal**. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2015.

CAPEZ, Fernando. **Direito penal simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GALVÃO, Fernando. **Direito penal: parte geral**. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

WEINMANN, Amadeu de Almeida. **Princípios básicos do direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

### 9. NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**Carga horária: 64 h**

**Ementa:** Análise do histórico da previdência social como direito que visa proporcionar os meios indispensáveis à subsistência da pessoa humana, quando ocorrem contingências previstas em lei e da seguridade social. Estudo dos conceitos e terminologias do Direito Previdenciário. Compreensão da seguridade social. Descrição dos princípios da seguridade social. Análise do regime geral da Previdência Social. Demonstração que custeio é feito por meio de contribuição social. Detalhamento das prestações previdenciárias e assistenciais. Levantamento dos benefícios quanto ao segurado e quanto aos dependentes. Discussão sobre o benefício de prestação continuada e a Lei Orgânica da Assistência Social.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Previdência Social	1.1 Contextualização e histórico da Previdência Social 1.2 Seguridade Social
2 Direito Previdenciário	2.1 Análise da Lei nº 8029/1990 2.2 Estudo da 1ª fase: Lei Eloy Chaves 2.3 Estudo da 2ª fase: IAP'S 2.4 Estudo da 3ª fase: INPS 2.5 Estudo da 4ª fase: INSS
3 Seguridade Social	3.1 Conceito e histórico da Previdência Social 3.2 Conceito e histórico da Assistência Social 3.3 Conceituação e histórico da Saúde (SUS)
4 Princípios da Seguridade Social	4.1 Compreensão e análise dos princípios previstos no Art. 194 da Constituição Federal 4.2 Solidariedade, universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios pagos às populações urbanas e rurais

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

	<p>4.3 Seletividade e Distributividade na prestação de benefícios e serviços</p> <p>4.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios</p> <p>4.5 Equidade na forma de participação do custeio</p> <p>4.6 Diversidade na base de financiamento</p> <p>4.6 Caráter democrático e descentralizado da administração</p> <p>4.7. Tríplice forma de custeio</p> <p>4.8 Prévia fonte de custeio</p>
5 Regime geral da Previdência Social	<p>5.1 Regimes previdenciários (conceito natureza e tipos)</p> <p>5.2 Competências do INSS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil</p> <p>5.3. Sujeitos e objetivo da relação jurídica da Previdência Social</p> <p>5.4 Constituição, filiação, inscrições e matrículas</p>
6 Segurados da Previdência Social	<p>6.1 Segurados obrigatórios</p> <p>6.2 Segurados especiais</p> <p>6.3 Segurados facultativos</p> <p>6.4 Contribuinte individual</p>
7 Custeio	<p>7.1 Considerações preliminares</p> <p>7.2 Orçamento da Seguridade Social</p> <p>7.3 Contribuição dos segurados</p> <p>7.4 Contribuições patronal, contribuição e concursos de prognósticos e receitas de outras fontes</p>
8 Prestações previdenciárias e assistenciais	<p>8.1 Conceito de benefícios previdenciários</p> <p>8.2 Classificação e requisitos legais</p> <p>8.3 Qualidade de segurado</p> <p>8.4 Carência e acumulação de benefícios</p>
9 Benefícios quanto ao segurado	<p>9.1 Auxílio doença e Auxílio acidente</p> <p>9.2 Aposentadoria por invalidez</p> <p>9.3 Aposentadoria por idade</p> <p>9.4 Aposentadoria por tempo de contribuição</p> <p>9.5 Aposentadoria especial</p> <p>9.6 Salário família</p> <p>9.7 Salário maternidade</p>
10 Benefícios quanto aos dependentes	<p>10.1 Pensão por morte</p> <p>10.2 Auxílio reclusão</p>
11 Serviços quanto ao segurado e ao dependente	<p>11.1 Reabilitação profissional</p> <p>11.2 Serviço social</p>
12 BPC – LOAS	<p>12.1 Lei nº 8742/1993</p>

**BIBLIOGRAFIA**

## ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

BRAGANÇA, Kerlly Huback. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo, Método, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: série fundamentos jurídicos**. São Paulo: Atlas. 2009

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social regimes próprios de previdência social**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009

THURLER, Lenildo. **SUS - legislação e questões comentadas**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

VIANA, Lael; NADAL, Fábio. **Direito previdenciário sintetizado**. São Paulo: Método, 2009.

BRASIL. **Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, de 06 de agosto de 2010**. Disponível em:

[www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/inss-pres/2010/45\\_2.htm](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/inss-pres/2010/45_2.htm)

Acesso em: 16/11/2017.

### 10. NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**Carga horária: 64 h**

**Ementa:** Conceituação dos conflitos de interesse e lide, como forma de solucionar conflitos. Compreensão que jurisdição é o poder que o Estado detém para aplicar o direito a um determinado caso. Estudo da ação processual. Comparação do processo e procedimento, para compreensão da diferença entre ambos, dentro do contexto envolvido. Reflexão sobre atos processuais e sua relação processual. Busca dos direitos do consumidor estabelecendo relações jurídicas entre fornecedores de bens e serviços e seus consumidores. Definição dos Interesses transindividuais como interesse de um grupo, de coletividade, aquilo que não se pode individualizar.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Conflitos de interesses e lide	1.1 Origem da lide 1.2 Composição da lide 1.3 Proibição da autotutela 1.4 Autocomposição, soluções alternativas, conciliação prévia 1.5 Câmara de arbitragem
2 Jurisdição	2.1 Conceito e modalidades de jurisdição 2.2 Princípios jurisdicionais, órgãos jurisdicionais e suas divisões e subdivisões.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

	2.3 Competência
3 Ação processual	3.1 Condições da ação 3.2 Processo de conhecimento e elementos da ação 3.3 Petição inicial: endereçamento qualificação, dos fatos, dos direitos, do pedido e do valor da causa, do mandato/procuração 3.4 Contestação 3.5 Impugnação a contestação
4 Processo e procedimento	4.1 Natureza jurídica do processo 4.2 Diferença de processo e de procedimento 4.3 Tipos do processo: processo de conhecimento, processo cautelar, processo de execução 4.4 Partes e procuradores 4.5 Juiz 4.6 Ministério Público 4.7 Serventuários da justiça 4.8 Oficial de justiça 4.9 Noção atual dos direitos fundamentais no processo
5 Atos processuais	5.1 Juntada da inicial 5.2 Citação, intimação 5.3 Tempo para a prática do ato processual: prazos, custas processuais 5.4 Responsabilidade pelo pagamento 5.5 Nulidade absoluta e relativa
6 Direitos do consumidor	6.1 Origem e finalidade do direito do consumidor 6.2 Direitos básicos e princípios 6.3 Relação jurídica de consumo 6.4 Contratos de consumo 6.5 Responsabilidade civil 6.6 Práticas comerciais 6.7 Banco de dados e cadastros de consumo 6.8 Tutela administrativa e penal 6.9 Defesa do consumidor em juízo
7 Interesse transindividuais	7.1 Interesses difusos 7.2 Interesses coletivos stricto sensu 7.3 Interesses individuais homogêneos 7.4 Evolução histórica dos direitos humanos 7.5 Gerações/dimensões dos direitos humanos 7.6 Interesses transindividuais: Interesses difusos, interesses coletivos stricto sensu e interesses individuais homogêneos 7.7 Microssistema processual coletivo:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

	7.7.1 Lei de improbidade Administrativa 7.7.2 Estatuto da Criança e do Adolescente 7.7.3 Estatuto do deficiente 7.7.4 Ação Popular 7.7.5 Mandado de segurança coletivo 7.7.6 Estatuto do idoso 7.7.7 Código de defesa do consumidor.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## BIBLIOGRAFIA

DUARTE, Bento Herculano; OLIVEIRA JUNIOR, Zulmar Duarte. **Princípios do processo civil – noções fundamentais**. São Paulo: Método, 2016.

FREDIE Didier Jr., CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de direito processual civil**. Editora Juspodivm, 2016.

JAIR, Lot Vieira. (organizador) **NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**, Editora: Edipro, 2016.

**CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.**

Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br/codigo-de-normas>

Acesso em 02/04/2016

## 11. NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

**Carga horária: 32 h**

**Ementa:** Caracterização da lei processual penal contextualizada no tempo, espaço e em relação às pessoas. Detalhamento dos princípios gerais dos sistemas, como conjunto de normas, coordenadas entre si, dentro do ordenamento jurídico. Explicação dos sistemas processuais penais. Exame das questões sobre processo penal. Definição de inquérito policial, como procedimentos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Demonstração que ação penal resulta de ações do Estado, na resolução de conflitos provenientes da prática de condutas definidas em lei como crime. Introdução às noções de jurisdição e competência. Pesquisa dos prazos que envolvem um processo penal. Comparação entre citação e intimação estabelecendo a diferença entre ambas.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Lei processual penal	1.1 Finalidade da lei 1.2 Normas aplicadas
2 Lei processual no tempo	2.1 Regra geral 2.2 Disposição legal
3 Aplicação da lei penal no espaço	3.1 Princípio da territorialidade 3.2 Carta rogatória
4 Princípios gerais dos sistemas	4.1 Princípio da dignidade da pessoa humana e devido processo legal 4.2 Princípio da presunção de inocência 4.3 Princípio da ampla defesa 4.4. Contraditório 4.5 Princípio do juiz natural 4.6 Princípio da publicidade 4.7 Princípio da vedação de provas ilícitas 4.8 Princípio da economia processual 4.9 Princípios regentes do tribunal do júri 4.10 Princípio do duplo grau de jurisdição 4.11 Princípio do promotor natural e imparcial 4.12 Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio da indisponibilidade da ação penal 4.13 Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato 4.14 Princípio da busca da verdade real 4.15 Princípio da oralidade 4.16 Princípio da comunhão da prova
5 Sistemas processuais penais	5.1 Sistema acusatório 5.2 Sistema inquisitivo 5.3 Sistema misto
6 Processo penal	6.1 Conceito de processo penal 6.2 Posição no processo 6.3 Função 6.4 Poderes, deveres e atribuições 6.5 Especialidades 6.6 Fundamento legal
7 Inquérito policial	7.1. Principais características 7.2 Formas de instauração 7.3 Fases 7.4 Prazos 7.5 Conclusão
8 Ação penal	8.1 Ação penal pública incondicionada 8.2 Ação penal pública condicionada 8.3 Ação penal privada



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

9 Jurisdição e competência	9.1 Conceitos e princípios de jurisdição e competência 9.2 Competência absoluta e relativa
10 Prazos	10.1. Principais prazos 10.2 Forma de contagem 10.3 Regulamentação legal
11 Citações e intimações	11.1 Conceito de citação 11.2 Formas de citação 11.3 Intimação 11.4 Suspensão do processo

**BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, Moacir Martini de. **Direito processual penal descomplicado**. São Paulo: Editora Rideel, 2012.

BIVAR JR., Luiz. **Curso didático de direito processual penal para concursos - série teoria e questões**. São Paulo: Método, 2013.

CAPEZ, Fernando. **Processo penal simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GANDRA, Pedro Ivo. **Direito processual penal**. São Paulo: Método, 2012.

ROXIN, Claus. **Introdução ao direito penal e ao direito processual penal**. São Paulo: Del Rey, 2007.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 10 ed., 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. v. 1 a 4. São Paulo: Saraiva, 2007.

PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2012.

**12. NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Carga horária: 64 h**

**Ementa:** Estudo do papel financeiro do Estado como agente da satisfação coletiva. Análise e conceituação do sistema constitucional tributário e o sistema de tributação. Explicação sobre a relação jurídica tributária e do crédito tributário e suas relações com a vivência cotidiana. Conceituação do crédito tributário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Papel financeiro do Estado	1.1 Necessidades humanas 1.2 Papel do Estado como agente de satisfação coletiva
2 Tributação	2.1 Conceito e classificação de tributo 2.2 Imposto 2.3 Taxa 2.4 Contribuição de melhoria 2.5 Contribuições especiais 2.6 Empréstimos compulsórios 2.7 Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 2.8 Sistema tributário 2.9 Poder de tributar 2.10 Princípios 2.11 Competência do poder tributário 2.12 Isenção ou imunidade
3 Relação jurídica tributária	3.1 Obrigações tributárias 3.2 Noção de fator gerador 3.3 Noção de base de cálculo 3.4 Sujeito ativo e objetivo 3.5. Sujeito passivo direto e indireto 3.6 Conversão da obrigação tributária
4 Crédito tributário	4.1 Conceito 4.2 Constituição 4.3 Suspensão 4.4 Exclusão 4.5 Extinção 4.6 Garantias e privilégios 4.7 Direitos e deveres do fisco na administração tributária 4.8 Pessoas obrigadas a auxiliar o fisco 4.9 Certidão negativa 4.10 Inscrição na dívida ativa

**BIBLIOGRAFIA**

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**, Ed. Saraiva, São Paulo, 1997.

BECHO, Renato Lopes. **Lições de direito tributário: Teoria Geral e Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FABRETTI, Dilene Ramos; MUNHOS, José Luiz. **Direito tributário aplicado: impostos e contribuições das empresas**. São Paulo: Atlas, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Dicionário jurídico tributário**. São Paulo: Dialética, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, 2007.

**13. PORTUGUÊS E LINGUAGEM JURÍDICA**

**Carga horária: 64 h**

**Ementa:** Estudo das práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística em diferentes situações de uso. Produção de textos utilizando as noções de redação forense.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p><b>1 O Discurso como prática social</b></p>	<p>1.1 Elementos da comunicação 1.2 Conceitos básicos de linguística e comunicação jurídica 1.3 Funções da linguagem 1.4 Funções da linguagem forense 1.5 Figuras de construção, de linguagem, de palavras, de pensamento 1.6 Níveis de linguagem 1.7 Vocabulário e a linguagem jurídica 1.7 Denotação e conotação 1.8 Parônimos, homônimos, sinonímia e polissemia 1.9 Neologismos 1.10 Estrangeirismos 1.11 Prefixos e sufixos latinos e gregos 1.12 Termos latinos mais usados na área jurídica 1.13 Brocardos jurídicos 1.14 Estrutura frásica na linguagem jurídica 1.15 Concordância nominal 1.16 Regência verbal 1.17 Estrutura redacional do texto jurídico 1.18 Narração 1.19 Descrição 1.20 Dissertação 1.21 Parágrafos narrativos, descritivos e dissertativos 1.22 Encadeamento dos parágrafos 1.23 Posturas do emissor na elaboração do parágrafo 1.24 Acentuação e Novo Acordo Ortográfico 1.25 Crase 1.26 Regras especiais de pontuação 1.27 Enunciação e discurso jurídico 1.28 Coesão e coerência</p>

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

	<ul style="list-style-type: none"><li>1.29 Leitura: Constituição Brasileira (tópicos): Declaração de Direitos; Leis e Estatutos</li><li>1.30 Verbos jurídicos: acepções e regimes</li><li>1.31 Primeira, segunda e terceira conjugação</li><li>1.32 Verbos em EAR, IAR, UIR</li><li>1.33 Tipos de textos e prática forense: boletim de ocorrência</li><li>1.34 Redação Oficial</li><li>1.35 Procuração: conceitos e tipos</li><li>1.36 Regimentos</li><li>1.37 Regulamentos</li><li>1.38 Substabelecimento</li><li>1.39 Requerimento: conceito e estruturas</li><li>1.40 Petição inicial: aspectos linguísticos e estruturais</li><li>1.41 Contrato</li><li>1.42 Oratória</li><li>1.43 Recursos da expressão oral</li><li>1.44 Plano de exposição</li><li>1.45 Discurso de acusação</li><li>1.46 Discurso de defesa</li><li>1.47 Depoimentos e oitivas</li></ul>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

#### BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Flávio de. **Compacto dicionário jurídico - Português**. Rio de Janeiro: Aide, 1994.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 22 ed. São Paulo: Ática, 2006.
- DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- RODRÍGUES, Victor Gabriel. **Manual de redação forense**. Campinas: LZN, 2004.
- TRAVAGLIA, Luiz e KOCH, Ingedore. **A coerência textual**. 17 ed. São Paulo: Contexto. 2008.

#### 14. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

**Carga horária: 32 h**

**Ementa:** Compreensão do uso das inovações tecnológicas no âmbito judiciário, como possibilidade de gerenciamento de processos. Investigação e pesquisas em meios eletrônicos. Demonstração da importância e características desta forma de instauração processual por meio eletrônico para que ocorra a propagação eficiente e eficaz da informação. Estudo das noções básicas de tecnologias aplicadas aos arquivos:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

gerenciamento eletrônico de documentos, criação e formatação de textos, planilha eletrônica e gerenciador de correio eletrônico.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Inovações tecnológicas no âmbito judiciário	1.1 Contextualização e diferença processo físico e digital 1.2 Lei 11.419/2006 1.3 Projudi 1.4 Escritório digital 1.5 PJE 1.6 E-PROC 1.7 E-SAJ 1.8 Certidão eletrônica 1.9 Emissão de guias 1.10 Sistema Único de Protocolo – SUP 1.11 Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos – E-DOC
2 Meios eletrônicos	2.1 Legislação 2.2 Doutrina 2.3 Jurisprudência
3 Gerenciamento eletrônico de documentos	3.1 Tecnologias aplicadas aos arquivos: gerenciamento eletrônico de documentos 3.2 Manipulação de arquivos e pastas 3.3 Criação e formatação de textos 3.4 Conceitos de impressões de arquivos 3.5 Digitalizações de documentos 3.6 Criação e formatação de planilhas 3.7 Conceitos da ferramenta PDF: conversão, edição, junção e mescla de arquivos 3.8 Gerenciador de correio eletrônico
4 Legislação arquivística brasileira	4.1 Política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências

**BIBLIOGRAFIA**

ALLEMAND, Luiz Claudio; COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Processo judicial eletrônico**. Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

SADEK, Maria Tereza (org.). **Acesso à justiça**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 2003.

KAMINSKI, Omar. **Internet legal: o direito na tecnologia da informação**. Curitiba: Juruá, 2004.

SILVA, Marcelo Mesquita Silva. **Processo judicial eletrônico nacional: uma visão prática sobre o processo judicial eletrônico nacional (A certificação digital e a lei n 11419/06)** São Paulo: Milenium, 2012.